



Revista Brasileira de Direito Público - RBDP Belo Horizonte, ano 11, n. 43, out./dez. 2013

Doutrina

Artigos

- ◆ A principiologia no Direito Administrativo Sancionador
Diogo de Figueiredo Moreira Neto, Flávio Amaral Garcia
- ◆ Revisão parlamentar no controle de constitucionalidade, constitucionalismo popular e humildade institucional
Marianna Montebello Willeman
- ◆ A natureza jurídica dos atos concessivos de aposentadoria, reforma e pensão
André Gonzalez Cruz
- ◆ As Organizações Sociais como realidade pública e a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923/1998
Viviane de Azevedo da Silva
- ◆ Função social do patrimônio público
Élcio Arruda
- ◆ O setor portuário e o novo marco regulatório
Marcos Pinto Correia Gomes
- ◆ O retorno da polêmica do foro por prerrogativa de função nas ações por ato de improbidade administrativa
Ricardo Benetti Fernandes Moça

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Ministro aposentado do TCU – Férias não gozadas por necessidade de serviço motivada por exclusivo interesse do Poder Público – Exercício, no caso, por Ministro do TCU, de funções inerentes à administração superior da Corte de Contas – Superveniência de sua aposentadoria – Deliberação do TCU que impõe limitação do pagamento de férias não usufruídas por imperiosa necessidade do serviço ao período máximo de 02 (dois) meses – Inaplicabilidade ao caso dessa restrição de ordem temporal

◆ **Supremo Tribunal Federal**

ADI – Lei Federal nº 9.755/98 – Autorização para que o Tribunal de Contas da União crie sítio eletrônico denominado Contas Públicas para a divulgação de dados tributários e financeiros dos entes federados – Violação do princípio federativo – Não ocorrência – Prestígio do princípio da publicidade